

**Centro de Ensino de Línguas oferece português a alunos e professores estrangeiros e oito idiomas a brasileiros**

# CEL, a babel onde todos se entendem

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

Outubro, final da manhã. Um grupo formado por cinco jovens trava animada conversa diante do Centro de Ensino de Línguas (CEL) da Unicamp. O diálogo é em português, mas é possível perceber, pela profusão de sotaques, que entre eles há representantes de diferentes países. O quinteto freqüenta, junto com dezenas de outras pessoas, o curso de português para estrangeiros oferecido pelo CEL. Graças ao aprendizado do idioma, estão tornando-se aptos não apenas a interagir com os demais membros da comunidade acadêmica, mas também a compreender melhor os variados aspectos que caracterizam a cultura brasileira. “Aqui, a impressão que temos é que estamos numa convenção internacional em Genebra e não na Unicamp”, afirma, em tom bem-humorado, a professora Maria Cecília Fraga, a diretora do Centro.

O curso de português para estrangeiros é apenas uma das inúmeras atividades desenvolvidas pelo CEL, que iniciou seu trabalho em 1988. Por intermédio do Centro, estudantes (graduação e pós-graduação) e professores vindos de outros países aprendem o idioma local, o que torna a permanência desses visitantes no Brasil bem mais profícua e agradável. Para facilitar as aulas, conforme a professora Maria Cecília, os alunos são divididos em dois grupos: os falantes de línguas espanholas e os falantes das demais línguas estrangeiras. Em pouco tempo, todos se tornam capazes de se comunicar em português.

Além disso, o CEL, que mantém vínculo acadêmico com o Instituto de Estudos de Linguagem (IEL), também oferece disciplinas obrigatórias e eletivas para a comunidade universitária. Atualmente, o Centro conta com cerca de 1.500 matriculados. Destes, perto de 90% são estudantes dos cursos de graduação da Univer-

sidade. “Ao reunir esse número expressivo de pessoas interessadas em aprender um segundo ou terceiro idioma, o CEL assume a condição de espaço privilegiado de vivência. Aqui, os alunos da música e da física interagem com os da biologia e da engenharia civil. Nesse ambiente, o aprendizado é ainda mais enriquecedor”, afirma a professora Terezinha de Jesus Machado Maher, coordenadora de disciplinas do órgão.

De acordo com Terezinha, além de adquirirem conhecimento lingüístico, os alunos do CEL têm a chance de ampliar o seu repertório cultural. “Isso ocorre porque os estudantes não tomam contato apenas com uma língua estrangeira, mas também com elementos relacionados a ela, tais como a religião, a música, a culinária, os costumes etc. No caso dos brasileiros, esse processo contribui inclusive para o surgimento de manifestações de brasilidade durante as aulas. Ou seja, muitas pessoas começam a se perceber a partir do confronto com o outro”, explica a professora Anabel Deuber, diretora-associada do Centro.

Segundo Anabel, esse aspecto ajuda a desmoronar o mito segundo o qual o aprendizado de outro idioma coloca em risco a identidade cultural do aluno. “A nossa experiência demonstra que o que ocorre é justamente o contrário. Quando uma pessoa passa a falar uma língua estrangeira, ela tem uma melhor percepção da cultura do outro. Do mesmo modo que o outro passa a compreender melhor a cultura dela. Esse exercício não subtrai, soma”, assegura a diretora-associada.

Um aspecto interessante do CEL é a sua capacidade de refletir os movimentos proporcionados pelo processo de globalização. Uma tendência bastante perceptível entre os alunos é a busca pelo plurilingüismo. Atualmente, em razão da abertura e/ou ampliação de novos mercados profissionais, os jovens procuram aprender um terceiro ou até mesmo um quarto idioma, como forma de se colocar no mundo. “Como a procura nesse sentido tem sido crescente, o atendimento à demanda tem se tornado cada vez mais difícil”, lembra a professora Maria Cecília. Atualmente, o CEL oferece aulas de

inglês, francês, alemão, japonês, italiano, espanhol, russo e hebraico, além de português para estrangeiros. A procura por esses idiomas, de acordo com as docentes, varia de ano para ano. A demanda pelo inglês, por exemplo, vem sofrendo certo declínio, ao contrário do que acontece em relação ao espanhol e italiano. Mas quais são os fatores que estimulam o interesse do estudante por esta ou aquela língua estrangeira? Segundo a professora Terezinha Maher, as razões são múltiplas. “Há desde as motivações religiosas até as que envolvem questões de consangüinidade, passando evidentemente pelas relacionadas à carreira. Um fato que chama a atenção são os aconte-

cimentos geopolíticos relativos a determinada região ou país. Quando ocorre um conflito no Oriente Médio, por exemplo, o interesse pelo hebraico aumenta”, revela.

**Extensão** – Subordinado administrativamente à Reitoria da Unicamp, o CEL também oferece cursos de extensão, que são pagos e podem ser freqüentados inclusive por integrantes da comunidade externa. Além disso, trabalha em parceria com a Agência de Formação Profissional da Unicamp (AFPU), proporcionando cursos de língua estrangeira para o corpo funcional da Universidade. O Centro executa, ainda, serviços como a aplicação de teses de proficiência e de

tradução. O órgão conta com 12 funcionários e 35 professores, sendo que 16 deles atuam em regime de tempo integral.

Conforme a professora Maria Cecília, o CEL tem analisado a adoção de alternativas metodológicas para ampliar o alcance do seu trabalho. Uma experiência já em curso é o ensino semipresencial, nas disciplinas de alemão. “Como esse aprendizado é automonitorado, além de aprender a língua estrangeira, os alunos têm a oportunidade de refletir sobre as suas estratégias de aprendizagem”, explica a diretora do Centro. Outras informações sobre o CEL podem ser obtidas no endereço [ww.unicamp.br/cel](http://ww.unicamp.br/cel).

Foto: Neldo Cantanti



Aluno em aula no CEL da Unicamp: contato com outra língua e também com a cultura relacionada a ela

As diretoras Maria Cecília Fraga e Anabel Deuber: tendência é a busca do plurilingüismo



## ‘Desafios do Magistério’ traz tema polêmico

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

Está marcado para o próximo dia 31, no Centro de Convenções, mais um seminário do Fórum Permanente de Desafios do Magistério, desta vez abordando um tema em ebulição dentro da Unicamp e de outras instituições de ensino que oferecem as chamadas licenciaturas: os estágios e práticas na formação de professores. A Unicamp, em particular, vem promovendo intensa discussão interna que se ampliou desde 2003, quando o Conselho Universitário (Consu) aprovou uma mudança no regimento, transferindo para as faculdades e institutos a responsabilidade pela formação de professores, o que há 30 anos era atribuição exclusiva da Faculdade de Educação. Com isso, as unidades, que até então se encarregavam somente dos bacharelados em nível de graduação, vêm repensando seus currículos, inclusive em relação à carga horária e formas de trabalho dos estágios e atividades práticas.

**Fórum trata de estágios e práticas na formação**

“Em seguida à decisão do Consu, a Reitoria criou a Subcomissão Permanente de Formação de Professores, que reúne os coordenadores das unidades que mantêm cursos de licenciatura, com a expectativa de que esta instância levasse adiante o processo de reorganização dos currículos, tendo em vista as novas diretrizes do Ministério da Educação para esses cursos”, explica a professora Lílian Lopes Martin da Silva. Ela e o professor Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, ambos da Faculdade de Educação, dividem a presidência da Subcomissão desde janeiro de 2004.

“O primeiro desafio da Subcomis-



Foto: Neldo Cantanti

Antonio Carlos Amorim e Lílian Martin da Silva: trabalho intenso depois que as unidades passaram a responder pelos cursos de licenciatura

são foi criar seus próprios parâmetros de trabalho – uma espécie de regimento interno – e então passar a discutir a reformulação dos currículos, já que todos os cursos tinham até o final de 2005 para se adequar às novas diretrizes, submetendo-se a novo processo de credenciamento junto ao MEC”, lembra Lílian. Ela observa que, apesar do amadurecimento notado nesses quase três anos de trabalho, não se trata de discussão fácil, pois a responsabilidade de pensar a formação do professor na universidade sempre foi delegada à Faculdade de Educação. “São inúmeros os conflitos em cada unidade, como por exemplo, aqueles relativos às dimensões da pesquisa e da formação profissional no âmbito de cada curso”, afirma.

Segundo o professor Antonio Carlos Amorim, a polêmica em torno da for-

mação persiste no interior da Universidade, mas não mais por causa de uma disputa entre a FE e as outras unidades em torno da responsabilidade pelos cursos de licenciatura. “O problema é a inexistência de propostas articuladas quanto ao campo profissional do professor, o que tem a ver com a história e a finalidade de cada unidade. Há uma afinidade muito grande com a licenciatura em algumas áreas; em outras, quase nenhuma. Isso pode trazer impactos ao bacharelado, já que a formação de professores está atrelada a estágios, práticas e discussões de temas delicados como a ética”, afirma.

Amorim ressalta a peculiaridade da Unicamp na reformulação de não adotar, como norte exclusivo, o conjunto das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura, devido a matrizes de pensamento muito dis-

tintas dentro das unidades. “Havia aquelas que tinham acabado de reformular seus cursos e outras onde ainda era grande a discussão quanto ao perfil do bacharel. Nas ciências humanas, por exemplo, os métodos de pensar e produzir conhecimento estão muito próximos da atuação de um professor”, compara.

No entanto, se até o final de 2003 o aluno da Unicamp fazia o bacharelado e depois uma outra habilitação para se tornar professor, as novas diretrizes do MEC rompem com esta concepção de complementaridade na formação, propondo uma maior identidade da profissão, ou seja: o aluno entra na universidade para se tornar bacharel ou para se tornar professor. Ainda assim, a Subcomissão da Unicamp não viu necessidade desta separação. “Nossa análise foi de que há concomitância possível,

apesar da grande mudança nos conteúdos e nas práticas, de formação entre o bacharel e o licenciado. Os percursos precisam se distinguir, mas interagem entre si. Pretendemos confirmar essas impressões iniciais com o acompanhamento e avaliação dos cursos a partir do próximo ano”, adianta Amorim.

**A prática** – As novas diretrizes básicas também enfatizam as atividades práticas, talvez a questão mais polêmica no campo da educação, atualmente. Na visão do MEC, para a formação do professor não bastam o conhecimento (incluindo os pedagógicos), mas também uma grande quantidade de horas (aproximadamente 1.000 em 2.800 do curso) em estágio e atividades práticas de ensino e culturais. “Associações nacionais de formação de professores lutam contra esta resolução, temendo uma praticidade excessiva em detrimento da reflexão. Por outro lado, há muitas pesquisas indicando que o conhecimento e a experiência advêm da interação prática. Temos aí uma discussão acalorada na educação”, diz Antonio Carlos Amorim.

Por isso mesmo, observa a professora Lílian Martin da Silva, os estágios e as atividades práticas para a formação de professores centralizarão os debates durante o 15º Seminário do Fórum Permanente de Desafios do Magistério. “O encontro é uma oportunidade de trazer esse debate à comunidade interna e aos parceiros da região, e também para pensar soluções conjuntamente com as universidades e demais convidados”, afirma a professora. O Fórum é uma parceria entre a Faculdade de Educação, a Acorde – Cooperativa Educacional e a Rede Anhangüera de Comunicação (RAC). A programação, o formulário para inscrições e outras informações estão no endereço <http://www.cor.unicamp.br/forums/magis15.php>